



GOVERNAR COM RESULTADOS

JORNADAS O ESTADO DA NAÇÃO

9 A 15 JULHO 2026

ESTABILIDADE PARA REFORMAR. REFORMAR PARA FAZER PORTUGAL MAIOR.

A estabilidade não é um fim em si mesmo, mas sim o que torna possível reformar. E o reformismo já está, hoje, a transformar o país.

Passados pouco mais de 2 anos, já há resultados na vida das pessoas e das empresas. Nos rendimentos e impostos: 4 descidas do IRS em 2 anos e 2 OE sem nenhum aumento de imposto, inédito em 50 anos de democracia; descida do IRC e maior aumento real de rendimento das famílias da OCDE. No trabalho: dezenas de acordos de valorização salarial; trajetória negociada para o salário mínimo e médio, com o emprego em máximos; e aprovação da PSU, que junta 13 apoios, antes dispersos – para combater a fraude, para acabar com a armadilha da pobreza, e para que trabalhar compense sempre. No Estado: guerra à burocracia, nova Lei do Tribunal de Contas e 3 milhões de pessoas retiradas de filas pela via digital. Na imigração: controlo, integração e resolução de centenas de milhares de processos pendentes, acabando com as portas escancaradas sem as ter todas fechadas. Na habitação: maior programa de construção pública de sempre e choque de oferta privada, além do alívio fiscal e da garantia pública que já ajudou milhares de jovens a adquirir a 1.ª casa. Isto é reformismo com resultados.

Reformar exige estabilidade, mas **estabilidade não é um dado adquirido. Portugal é hoje, em muitos sentidos, um oásis de estabilidade no mundo ocidental.** Estabilidade física e de segurança, num continente marcado por conflitos. Estabilidade social, com uma conflitualidade interna baixa. Estabilidade financeira, com saldos orçamentais positivos, dívida a descer, rating a subir e spreads historicamente baixos. Estabilidade económica, com o emprego em máximos e a economia a crescer em salários e em investimento. E estabilidade geopolítica: num mundo perigoso e instável, Portugal manteve a vocação de quase 9 séculos de raro construtor de pontes entre Atlântico e Europa, Norte e Sul, Ásia e Velho Continente. A eleição para membro do Conselho de Segurança ONU é o reconhecimento internacional deste mérito coletivo.

Finalmente, estabilidade política. O diálogo faz parte da identidade deste Governo, e é esta capacidade de diálogo que permite o reformismo com estabilidade política. **Mostrámos que governos minoritários podem aprovar orçamentos e fazer avançar reformas, quando a oposição é responsável.** O PS, nos Orçamentos, no novo aeroporto, na reforma do Tribunal de Contas e na PSU. O Chega, no IRS, no IRC, na imigração e nos incentivos fiscais ao arrendamento. É a democracia a funcionar – não é bloco central nem o fim do “não é não”.

Não está tudo feito, mas o caminho que já começámos a trilhar demonstra bem o que queremos continuar a fazer. Não somos dos que reclamam que tudo mude e, na hora da verdade, querem que tudo fique na mesma. Reformamos sem medo de errar, mas com a moderação e a responsabilidade que a mudança exige. Quem, hoje, tem a estabilidade só nas palavras, como antes tinha o reformismo apenas no papel, prejudica e atrasa a transformação do país.

REFORMAS EM CURSO

Menos impostos, maiores salários, mais rendimentos

- **Situação de partida:** Carga fiscal era 24,9% do PIB em 2023 e, durante meio século, os OE incluíram sempre a criação ou aumento de impostos. Várias carreiras da Administração Pública aguardavam revisão há décadas (p.ex., a tabela remuneratória dos enfermeiros não era atualizada há ~15 anos) e não existia um quadro plurianual de progressão salarial. Há muito que a paz social havia sido sacrificada.
- **Ação e resultados:** 4 reduções de IRS em 2 anos (+2.000 milhões de euros devolvidos às famílias), iniciada a trajetória descendente do IRC (de 21% em 2023 para 17% em 2028), com taxa de 15% para PME. Os 2 OE aprovados não criaram nem aumentaram qualquer imposto (1.^a vez em 50 anos). Foram assinados 47 acordos com estruturas sindicais, abrangendo 36 carreiras e mais de 350 mil trabalhadores, e, em janeiro de 2026, o Acordo Geral de Valorização da AP 2026-29, que abrange todos os trabalhadores da AP e garante aumento mínimo de 238€ por trabalhador no horizonte do acordo. No setor privado, o “Acordo Tripartido sobre Valorização Salarial e Crescimento Económico 2025-28” fixou o salário mínimo de 920€ em 2026, rumo a 1.100€ em 2029. Aplicámos a isenção de IRS e TSU sobre prémios de produtividade até 6% da remuneração base anual e ainda a majoração do benefício fiscal em sede de IRC para aumentos salariais. E Portugal registou, no conjunto de 2024/2025, um dos maiores aumentos reais de rendimento líquido das famílias, em toda a OCDE.

Imigração controlada e humanista

- **Situação de partida:** Manifestação de Interesse permitia regularização de quem entrava ilegalmente, gerando efeito chamada, fluxos desregulados e sobrecarga de serviços públicos. Número de processos pendentes sem precedentes, incluindo perto de meio milhão de pessoas sem verificação criminal. Alterações legislativas do PS reduziram exigência no acesso à nacionalidade, equipararam residência ilegal a legal, o reagrupamento familiar funcionava mal na prática, imigrantes CPLP não tinham acesso a documentos, não havia política de integração e a execução de afastamentos era residual.
- **Ação e resultados:** Passou a controlar-se a imigração, sem fechar todas as portas e beneficiando-se os canais regulares: a Manifestação de Interesse foi extinta em junho de 2024 e a nova Lei dos Estrangeiros estabeleceu quadro mais exigente; reforçou-se os postos consulares e acordou-se um protocolo com as empresas para imigração laboral com emissão célere de vistos. O Estado passou a funcionar nesta área, devolvendo dignidade aos imigrantes: a Estrutura de Missão tratou 938.500 processos e verificou 454.036 registos criminais (operação com uma eficiência sem precedentes no Estado). Devolveu-se previsibilidade ao sistema, beneficiando imigrantes, empresas e serviços públicos. Foram colocados mais de 300 mediadores culturais nas escolas, para integrar crianças imigrantes. A reforma da Lei da Nacionalidade elevou os prazos de residência para 6 anos (CPLP e UE) e 10 anos (restantes países). A criação da UNEF levou a aumento de 283% de retornos voluntários face a 2024. Números do INE deram razão ao Governo.

Reforma do Estado - guerra à burocracia

- **Situação de partida:** Estruturas redundantes no Estado. Controlos prévios que atrasavam a decisão pública de cidadãos e empresas. Complexidade burocrática, de licenciamentos e de regras que prejudicavam o investimento e a vida das pessoas.
- **Ação e resultados:** A revisão das orgânicas ministeriais em curso já eliminou 35 entidades e ~300 cargos dirigentes (p.ex., devolvendo 257 professores às escolas). A nova Lei do Tribunal de Contas elevou para €10 milhões o limiar do visto prévio – eliminando mais de 90% das fiscalizações prévias, substituídas por auditoria posterior reforçada – e o Código dos Contratos Públicos foi revisto para reduzir documentação e prazos. O Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, essencial para a habitação no país, traz rapidez e previsibilidade aos licenciamentos: menos entraves, mais construção. O Código do Procedimento Administrativo disciplina pareceres nos licenciamentos, incluindo os que são emitidos por entidades reguladoras, como a APA/ICNF. E a Lei da Interoperabilidade faz com que cidadãos e empresas não tenham de entregar o mesmo documento vezes sem conta aos diferentes serviços públicos. Em paralelo, a transformação digital da Segurança Social retirou 3 milhões de pessoas das filas e Portugal subiu da 14.^a para a 8.^a posição no European eGovernment Benchmark. E aprovou-se um investimento (200M€ OE + 200M€ UE) para a instalação e operação de uma Gigafábrica de IA, uma infraestrutura estratégica para a soberania tecnológica, a competitividade económica e a transformação digital da Europa.

Jovens e idosos – mais oportunidades e mais justiça

- **Situação de partida:** Acesso à 1.^a habitação estava fora do alcance da generalidade dos jovens, constituindo (juntamente com a rigidez do mercado laboral e os salários baixos) um dos principais fatores de emigração jovem. Quanto aos idosos, o CSI situava-se em €550, com 137.000 beneficiários, e a consideração do rendimento dos filhos na avaliação de recursos afastava milhares de idosos do apoio.
- **Ação e resultados:** Desde agosto de 2024, isenção de IMT e IS na compra de casa própria abrangeu 105.000 jovens (ou “mais de 100.000 jovens” – expressão utilizada pelo Sr. MEF nas suas mais recentes apresentações – informação da AT a 31/05/2026).

Mais vulneráveis – justiça para idosos, eliminar a pobreza e combater exclusão social

- **Situação de partida:** Quanto aos idosos, o CSI situava-se em €550, com 137.000 beneficiários, e a consideração do rendimento dos filhos na avaliação de recursos afastava milhares de idosos do apoio. Mais de 2 milhões de pessoas sofria de pobreza ou exclusão social, mesmo após transferências sociais, sobretudo criança, idosos e pessoas em situação de dependência ou com deficiência.
- **Ação e resultados:** Quanto aos idosos, o valor de referência do CSI subiu para €670 em 2026 e o número de beneficiários atingiu 244.000 (+106.000 idosos abrangidos). Os medicamentos sujeitos a receita médica tornaram-se gratuitos para todos os beneficiários do CSI. As pensões mais baixas foram atualizadas acima da inflação. O número de pessoas que sofrem de pobreza ou exclusão social baixou finalmente dos 2 milhões, segundo o INE. Aumentámos em 17.206 as vagas nas creches. Duplicámos o valor do IRS consignado a instituições sociais, ao mesmo tempo que aumentámos em 440 M€ a comparticipação financeira do Estado para o sector social e solidário em 2025/26. A Prestação Social Única consolida 13 prestações sociais não contributivas, reforçando o combate à fraude

e ajudando a resolver a armadilha da pobreza, ao fazer da rede de apoios um trampolim para a autonomia da pessoa. Reforçámos a capacidade de prestação de cuidados, com mais 4.865 pessoas que obtiveram o estatuto do cuidador informal (com um maior subsídio de apoio e uma nova bolsa de descanso), com 400 novas camas para as “altas sociais”, com mais 1.682 novas vagas em lares e com melhores condições de cuidados de apoio ao domicílio. Adotámos novas medidas para ajudar a resolver o flagelo das pessoas em situação de sem-abrigo.

Educação – mais professores nas escolas, melhores aprendizagens

- **Situação de partida:** Falta de professores, alunos sem aulas, carreira vista como pouco atrativa, ausência de resposta estruturada para recrutar e fixar docentes. A montante, faltavam vagas em creche e no pré-escolar; a jusante, o apoio social no ensino superior e o alojamento estudantil eram insuficientes para garantir igualdade de oportunidades.
- **Ação e resultados:** Concurso externo extraordinário vinculou 1.555 docentes nas zonas mais carenciadas. Ao todo, 4.906 novos professores entraram no sistema e 1.895 prolongaram a carreira após a idade da reforma. Atribuiu-se um apoio à deslocação até €500 mensais para colocados a mais de 70 km. Está em curso a revisão do Estatuto da Carreira Docente, para uma carreira mais simples, transparente e atrativa, com efeitos previstos em 2027. Na primeira infância, o reforço da Creche Feliz criou mais 16.866 vagas (128.563 crianças abrangidas) e alargou o pré-escolar. Proibiu-se os smartphones nos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico e tornada obrigatória a literacia financeira em todos os anos. Reforçou-se a integração de imigrantes nas escolas: +300 novos mediadores culturais.

Saúde – mais oferta, em complementaridade de sectores

- **Situação de partida:** Tempo médio de espera nas urgências, entre triagem e a 1.ª observação, era 60 minutos em 2023, num quadro de carência de profissionais, de infraestruturas envelhecidas e de forte pressão sobre os serviços de urgência. As listas de espera cirúrgicas eram longas, muitos utentes estavam sem médico de família e a resposta telefónica do SNS 24 encontrava-se subdimensionada face à procura.
- **Ação e resultados:** Tempo médio de espera nas urgências desceu para 49 minutos em 2025 e o SNS incorporou 5.398 novos profissionais em 2 anos, incluindo 1.527 médicos. Realizaram-se 714.629 cirurgias em 2025 (+5,1%) e as consultas hospitalares cresceram 6,2% face a 2024. A Linha SNS 24 passou de 1,9 milhões de chamadas em 2023 para 5,8 milhões em 2025 e, em 2026, atende em cerca de 1 minuto. A Linha SNS Grávida evitou +106.000 idas desnecessárias às urgências. Reforçou-se a proximidade – novas urgências regionais, mais Centros de Atendimento Clínico e mais rastreios e vacinação – e fez-se a reforma do INEM. Reorganizaram-se as urgências de obstetrícia e ginecologia, com pré-triagem de grávidas alargada a todas as ULS, e criou-se novo regime para os tarefeiros, que valoriza os profissionais até +50% e disciplina recurso a prestadores externos. Os medicamentos com receita passaram a ser gratuitos para beneficiários do CSI e reforçou-se o combate à fraude no SNS. Está em construção o Hospital Todos os Santos (Lisboa, €800 milhões) e foi lançado concurso internacional (PPP) para novo Hospital do Algarve.

Habitação – choque de oferta e proteção dos mais vulneráveis

- **Situação de partida:** À data da tomada de posse, estavam contratados 11.673 fogos de habitação pública (insuficientes face à dimensão da crise de habitação). A coercividade nos arrendamentos e as limitações à liberdade contratual reduziam a oferta e faziam escalar os preços. A fiscalidade penalizava a construção e o arrendamento, e os licenciamentos urbanísticos eram lentos e imprevisíveis. Dos 11 milhões de prédios rústicos em Portugal, 3,4 milhões são heranças indivisas (muitas bloqueadas contra a vontade da maioria dos herdeiros). E 380 mil prédios urbanos (1/3 deles já degradados, 2/3 em boas condições) não estão habitados, nem à venda, nem no mercado de arrendamento – muitos desses são heranças indivisas.
- **Ação e resultados:** Foi lançado o maior programa de construção pública de sempre – 133.000 casas até 2030, com +€4,7 mil milhões mobilizados. Até março de 2026, foram entregues 17.886 habitações e contratadas +22.599. O licenciamento de construção nova para habitação familiar cresceu 21% em 2025, o valor mais elevado desde 2008. O IVA nas empreitadas de construção e reabilitação destinadas a venda para habitação própria ou a arrendamento moderado foi reduzido para 6%, para reduzir o custo da nova construção, e a taxa autónoma de IRS sobre rendas desceu de 25% para 10%, para incentivar a entrada de mais casas no mercado de arrendamento. Com a reforma do arrendamento – fim da limitação à atualização das rendas, reforço da autonomia, a simplificação dos despejos e o fim de certos congelamentos nos contratos antigos (vinculísticos) – protegemos os idosos e os mais vulneráveis e damos um choque na oferta para aumentar as casas no mercado e arrefecer os preços. Quanto às heranças indivisas, até hoje, um só herdeiro podia bloquear o futuro de uma casa. Com as alterações à Lei, um só herdeiro passa a poder desbloqueá-lo, e deixa de haver litígios infundáveis, ao se criar um processo judicial especial, para desbloquear imóveis quando herdeiros não chegam a acordo.

Prontidão e resiliência na resposta a crises

- **Choque que aconteceu:** No ano passado, súbita e surpreendentemente, um apagão com origem em Espanha alastrou-se a Portugal. Em Janeiro e Fevereiro deste ano, tempestades com ventos de velocidades históricas assolaram o país, causando danos sem precedentes. E fomos, como o mundo todo, afetados pela crise de preços causada pela guerra no Irão. Reagimos a fim de atenuar o alastramento do choque à economia; manter capacidade em cada momento de apoiar pessoas e economia ao longo do choque; e não desequilibrar contas públicas.
- **Ação e resultados:** O país enfrentou um apagão sem aviso nem manual, incêndios persistentes e tempestades de gravidade histórica. Respondemos com urgência e serenidade, acorrendo de imediato às empresas e famílias afetadas com um montante global de €22,6 mil milhões. Mas o Governo não se contenta meramente em voltar à “estaca zero”, pelo que o PTRR é constituído por investimentos que melhoram a resiliência e a competitividade do país no futuro. Depois do apagão que, com origem em Espanha, afetou Portugal no ano passado, criou-se o CORGOV – Centro de Operação e Resposta do Governo, mecanismo de coordenação reforçada para gestão de crises. Nas tempestades de Jan/Fev, a resposta do Governo já beneficiou deste novo mecanismo. Quanto à crise de preços provocada pela guerra no Irão, Portugal foi dos 1.ºs países a tomar medidas, logo 6 dias após início do conflito. Mantivemos desconto do ISP vigente, mais devolução em ISP do adicional de receita de IVA, para que o Estado não lucrasse com aumento dos preços. Aprovámos a botija solidária – 25€/botija (+10€). Para a economia não se ressentir, avançámos com o mecanismo extraordinário de gasóleo profissional (apoio extra de 10 cênt/litro) para transportes públicos, mercadorias e agroalimentar, e diferimos o pagamento das contribuições à

segurança social a operadores de transporte de mercadorias. Demos apoios extraordinários às associações de bombeiros, bem como aos táxis. Criámos o programa “Portugal Resiliência Energética”, linha de 600M€ com garantia pública, para empresas com custo de energia de +20% dos custos de produção.

Valorizar o trabalho – reforma laboral, PSU e menor fiscalidade

- **Situação de partida:**

1) Mercado laboral desajustado das novas realidades do trabalho, em particular na era digital e negociação coletiva sem dinamismo. Portugal tem uma das legislações laborais mais rígidas do ocidente, de acordo com a OCDE, com consequências na produtividade (28% abaixo da média EU, 2022) e no salário médio (35% abaixo da média EU, 2023). Jovens são os principais prejudicados: 17,9% de taxa de desemprego jovem (16-24 anos), face a taxa de desemprego geral de 5,7% (25-74 anos); uma das maiores % de trabalhadores jovens com contrato a prazo na Europa. Consequência de uma excessiva proteção dos trabalhadores já inseridos no mercado de trabalho, por contraposição aos jovens. Agenda Trabalho Digno, PS, que piorou situação dos jovens e aumentou rigidez, foi aprovada na AR sem diálogo nem concertação social, em 2023.

2) Além disso, quanto a apoios sociais, existiam 13 diferentes e dispersos, com regras complexas, que abriam espaço a injustiças, abusos e fraude. Por vezes, trabalhar fazia perder mais em apoios do que se ganhava em salário – a “armadilha de pobreza”, que prendia as pessoas à dependência em vez de as ajudar a sair dela.

3) Jovens e classe média sufocada em impostos – bom desempenho e aumentos salariais compensavam pouco.

- **Ação e resultados:**

1) Reforma Laboral garantiria agilidade para as empresas, reforço de direitos na era digital, equilíbrio entre o direito à greve e outros direitos fundamentais e dinamização da negociação coletiva. Tudo isto era essencial para garantir justiça aos jovens na entrada no mercado de trabalho e aumentar salários. Era compromisso do Programa Eleitoral da AD, do Programa do Governo e do Acordo Tripartido Valorização Salarial 2025-28, assinado com parceiros sociais em 2024. Depois de 56 reuniões e + 200 horas de concertação social, UGT saltou fora. Depois, foram as oposições, no Parlamento, a bloquear a reforma.

2) Quanto à PSU, integra 13 apoios numa só prestação (RSI, subsídios sociais e pensões não contributivas). Quem começa a trabalhar passa a ver o apoio descer de forma gradual, e não de uma vez, para que trabalhar compense sempre e se acabe com a armadilha de pobreza. Reforça-se a exigência – quem está em idade ativa e tem condições tem de trabalhar, procurar emprego ou formação, ou participar em atividades de solidariedade social – e o combate à fraude, com mais cruzamento de dados.

3) Não só diminuámos os impostos aos jovens (com um dos regimes fiscais jovens mais atrativos do mundo), como devolvemos mais de 2.000M€ em 4 descidas de IRS, para aliviar a classe média. Além disso, isentámos de impostos prémios de desempenho até 1 salário anual, para que o mérito compense.

PRINCIPAIS MEDIDAS E RESULTADOS

1. Rendimento e Valorização do trabalho

- Um dos maiores aumentos de rendimento da OCDE em 2024-2025
- Salário mínimo de 920€ em 2026, rumo aos 1.100€ em 2029
- 47 acordos valorização salarial, abrangendo 36 carreiras e 350 mil trabalhadores
- Acordo 2024-2029 para aumentos salariais na Administração Pública
- Acordo Tripartido sobre Valorização Salarial e Crescimento Económico 2025-28
- Prestação Social Única – retirar pessoas da armadilha da pobreza e valorizar o trabalho
- Emprego em máximos e desemprego em mínimos
- Redução do IRS: 4 reduções, 2 mil M€ devolvidos às famílias
- IRS Jovem: um dos regimes fiscais jovens mais competitivos do mundo
- Aumento do Complemento Solidário para Idosos (244.000 idosos abrangidos)
- Medicamentos comparticipados a 100% para quem mais precisa
- Aumento de 4,2 milhões de pensões
- 2 suplementos extraordinários de pensões
- Risco de pobreza mais baixo em 20 anos

2. Guerra à burocracia

- Nova Lei do Tribunal de Contas
- Revisão do Código de Contratos Públicos: eficácia e transparência
- Loja do cidadão virtual
- Carteira digital da empresa
- “Primeiro Pessoas” - Transformação Digital da Segurança Social
- Simplificação do Regime jurídico da urbanização e edificação
- Aceleração e execução do PRR
- Zonas de Aceleração para Energias Renováveis
- Reforma dos ministérios – 3 já concluídas

3. Criar riqueza, inovar e acelerar a economia

- Dívida pública abaixo dos 90% do PIB pela 1.ª vez em 16 anos, com 2 excedentes orçamentais (0,6% do PIB em 2024 e 0,7% do PIB em 2025)
- 2 Orçamentos do Estado sem aumentar impostos – 1.ª vez em 50 anos de democracia
- Crescimento acima da média UE e Zona Euro
- Reforma laboral “Trabalho XXI” – dinamismo, flexibilidade e salários mais altos
- Redução IRC de 21% para 17% em 2028
- Banco Português de Fomento a funcionar: €5,7 mil milhões em garantias para empresas
- Criação do Instrumento Financeiro para a Inovação: 950M€
- Maior volume de investimento direto estrangeiro desde a Auto-Europa
- Novo Regime jurídico das instituições de ensino superior
- Criação da Agência Investigação e Inovação (AI2)

4. Imigração regulada e humanista

- Fim das manifestações de interesse e do efeito-chamada à imigração descontrolada
- 938.500 processos pendentes resolvidos e 454 mil registos criminais verificado
- Lei da Nacionalidade, para que ser português seja o resultado de integração real na sociedade
- Lei de Estrangeiros, para uma imigração controlada por canais regulares
- Lei de Retorno e Asilo – proteção para quem merece e consequências para quem não cumpre as regras
- Criação da Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras
- Menos 41% de autorizações de residência e mais 283% de retornos voluntários, face a 2024
- Protocolo para a Migração Laboral Regulada nas empresas
- Mais de 300 novos mediadores culturais nas escolas
- INE deu razão ao que o Governo tem dito (~300 mil entradas/ano com PS e estabilização de número de imigrantes logo a partir do 2.º semestre de 2024)

5. Serviços essenciais com qualidade e justiça social

- +4.906 professores nas escolas
- Revisão dos conteúdos da disciplina de cidadania e proibição de telemóveis nas escolas
- Novo Sistema de Ação Social no Ensino Superior e mais alojamento estudantil
- Apoio de €500 para professores deslocados a +70km
- Criação Universidade Técnica do Porto e Universidade de Leiria e do Oeste
- Criação Urgências regionais, + Centros de Atendimento Clínico, + Rastreios + Vacinação

- Reforma do INEM
- Tempo médio de espera nas urgências desceu de 60 para 49 minutos
- SNS com 5.398 novos profissionais em 2 anos
- +5,1% de cirurgias e +6,2% de consultas hospitalares em 2025, face a 2024
- SNS24: de 1,9 milhões de chamadas em 2023, para 5,8 milhões em 2025
- SNS24: tempo de espera médio de 1 minuto em 2026 (~87% chamadas atendidas em menos de 2 minutos)
- Linha SNS Grávida evitou +106.000 idas desnecessárias às urgências
- Novo regime de tarefeiros (até +50% de rendimentos)
- Centralização de urgências de obstetrícia e ginecologia
- +30% famílias de acolhimento e diminuição de crianças institucionalizadas
- +440M€ de comparticipação financeira do Estado para o sector social em 2025-26
- Reforço da Creche Feliz (+17.206 vagas) e mais vagas no pré-escolar
- Financiamento das estruturas e respostas das redes nacionais de apoio e proteção às vítimas de Violência Doméstica e de Tráfico de Seres Humanos (pela primeira vez via O.E.)

6. Mais segurança, justiça e combate à corrupção

- Policiamento de proximidade e videovigilância
- Agenda Anti-corrupção
- Mecanismo de perda alargada de bens
- Maior celeridade no processo penal
- Combate à violência doméstica: reforço do investimento e dos mecanismos de resposta
- Em 2025 – GNR: +744 guardas, +116 sargentos, +36 oficiais. PSP: +431 agentes, +27 oficiais.
- Maior dispositivo de sempre de combate aos incêndios rurais
- Combate à fraude no SNS
- Combate à fraude na Segurança Social

7. Habitação

- Aumento habitação pública: 133 mil casas (20.247 já entregues)
- Apoios jovens: isenção IMT e IS (+77 mil jovens beneficiaram), garantia Pública e Reforço Porta 65
- Redução dos custos fiscais: IVA 6% construção, IRS 10% arrendamento e aumento dedução à coleta IRS dos arrendatários
- Reforma do arrendamento, para um choque na oferta, protegendo os mais vulneráveis
- Agravamento IMT para não residentes

- Desbloqueio de imóveis em heranças indivisas, quando herdeiros não chegam a acordo
- +21% de licenciamento de construção nova para habitação familiar em 2025

8. Novas infraestruturas

- Lançamento Novo Aeroporto de Lisboa e Terceira Travessia do Tejo
- Maior investimento de sempre na ferrovia – €1,6 mil milhões
- Aquisição de 195 novos comboios
- Linha Alta Velocidade
- Passe Ferroviário Verde: ~1 milhão de portugueses já usufruíram
- Privatização parcial da TAP em curso
- Novos hospitais: Lisboa (início construção – 800M€) e Algarve (concurso da obra)

9. Resiliência e resposta a crises

- Resposta imediata às populações nas tempestades
- Descontos nos combustíveis
- Redução adicional do gasóleo profissional
- PTRR – Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência. €2,5 mil milhões para um Portugal mais preparado, resiliente e competitivo
- Resposta a um apagão inesperado sem manual de instruções

10. Água que une, energia, agricultura e florestas

- 4 novas barragens e 400 novas charcas
- Floresta 2050 - Futuro + Verde: 6.500M€ ao longo de 25 anos
- Reforço do investimento em reabilitação de regadios
- Reforço da Transição energética e da segurança das redes
- Aumento “Botija Solidária” para €25 por garrafa de gás

11. Investimento em defesa e credibilidade internacional

- 2% do PIB em defesa em 2025
- Investimento 5,8 mil M€ em capacidades estruturantes para as Forças Armadas
- Eleição histórica, pela primeira vez à primeira volta, para membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU
- Novo Estatuto da Carreira Diplomática, 26 anos depois, que valorizou a carreira
- Reconhecimento do Estado da Palestina (21.set.2025), no quadro da solução de dois Estados

12. Cultura e Desporto

- Novo Regime do Mecenato Cultural para mobilizar mais investimento para a Cultura e diversificar fontes de financiamento
- Maior investimento de sempre no Desporto em Portugal (+ 130M€, dos quais 62M€ já em execução através do Plano Nacional de Desenvolvimento Desportivo)